

Estabilidade e crescimento: algumas questões do passado no presente*

Fausto Saretta**

Resumo: O texto busca levantar algumas questões do debate brasileiro contemporâneo sobre estabilidade e crescimento, cotejando-as com controvérsias semelhantes em outros contextos da história econômica e política brasileiras. Trata-se de uma aproximação ao tema, o qual, por sua própria natureza, permanece inconcluso. Entretanto, defende-se a concepção de que o debate brasileiro atual retoma algumas questões da história econômica contemporânea e uma interpretação dos fatos passados permite compreender questões das controvérsias atuais.

Introdução

A economia brasileira ao longo das duas últimas décadas apresenta um quadro de grandes dificuldades econômicas. Vividos em um ambiente de profundas e velozes transformações da ordem econômica e da política internacional, os últimos vinte anos marcaram uma importante e perversa inflexão no acentuado ritmo de crescimento que até então a economia nacional apresentava. Assim, desde o final da década de 1970 o Brasil perdeu o marcante ímpeto de crescimento e desenvolvimento econômicos que o caracterizou entre as mais dinâmicas economias do mundo, pelo menos desde o pós Segunda Guerra Mundial.

A expressão “década perdida” - relativa aos anos de 1980 - revela em boa medida as dificuldades pelas quais passou a economia nacional naquele período. Nos anos seguintes, a inflexão nas taxas de crescimento foi ainda mais acentuada. Assim, se nos anos de oitenta a taxa média de crescimento ficou próxima a 3%, no período subsequente não chegou a 2%. Desta maneira, à “década perdida” seguiu-se a “década desperdiçada”.

Cumpre lembrar que estes vinte anos foram vividos em um quadro de graves desequilíbrios macroeconômicos que obrigaram a uma reversão do escopo na condução da política econômica, já que passou a priorizar questões de curto prazo, relativizando o caráter mais estratégico das decisões econômicas. Estas observações são por demais conhecidas e de certa forma consensuais no âmbito dos estudos sobre a economia brasileira. Para o correto entendimento da longa crise brasileira não se

pode olvidar, é claro, as agudas transformações ocorridas no quadro da economia internacional a partir do final da década de 1970. De um lado, a subida da taxa de juros nos Estados Unidos e a valorização do dólar e de outro a elevação do preço do petróleo repercutem negativamente sobre toda a economia mundial e, como não poderia deixar de ser, sobre o Brasil. No plano das relações financeiras as alterações representam, de fato, o rompimento do sistema vigente desde o acordo de Bretton Woods. Ademais estas alterações já vinham tomando curso ao longo dos anos de 1970 e de maneira simplificada pode-se dizer que significaram uma expansão descontrolada do sistema de crédito internacional e, mais importante, à margem dos controles do principais Bancos Centrais.

É por demais conhecida a marcha dos acontecimentos. A decisão norte-americana de elevar a taxa de juros a níveis sem precedentes repercutiu de maneira diferenciada entre os países e foi claramente prejudicial para as economias periféricas. Certamente as dificuldades da política econômica brasileira a partir do começo dos anos de oitenta estão associadas a esta viragem do quadro econômico internacional. A diversidade dos experimentos propostos e executados reflete em boa medida tanto as dificuldades crescentes como a diminuição acentuada do raio de ação da própria política econômica.

A despeito da “opção pelo crescimento” proposto por Delfim Netto quando substituiu Mário Henrique Simonsen em outubro de 1979, ao invés da opção pelo ajuste ou pela estabilização, as alterações na ordem econômica internacional – a elevação das taxas de juros e o expressivo aumento do preço do petróleo - acabaram por levar a economia a percorrer o caminho de um ajuste que se revelou perverso. Os resultados foram quedas acentuadas no produto interno, na renda do setor industrial e no produto médio.

Não é objeto deste trabalho traçar um panorama da política econômica brasileira nos anos de 1980. Entretanto, uma breve crônica daqueles anos revelará que a despeito de alguns surtos de crescimento, o resultado está longe de ser considerado positivo, como provam aliás os valores já citados acerca do crescimento do produto da economia.

De uma perspectiva mais abrangente a década de 1980 e mesmo os anos posteriores, revelariam a crise do *Estado desenvolvimentista*, vale dizer, a crescente ineficiência do Estado de arranjar e compatibilizar as diferentes frações do capital - estrangeiro, nacional e estatal - em setores específicos, o que fora fundamental para o

até então bem sucedido processo de desenvolvimento e crescimento econômicos. Em poucas palavras, a face mais concreta da crise seria na verdade a própria crise do padrão de financiamento, uma vez que não se contava com a conexão externa que complementasse as fragilidades do sistema interno de crédito e que em última instância dava funcionalidade ao processo de acumulação.

Esta constatação é fundamental para explicar uma das faces mais perversas das dificuldades econômicas do país. Como bem analisou Goldenstein: “A perda da capacidade do Estado de bancar, via uma especial conexão com o sistema internacional, as altas taxas de lucratividade do mais amplo espectro de capitais resultou numa disputa sem limites entre eles; na tentativa de manter suas taxas de valorização e de se defenderem do processo inflacionário por eles próprios provocados, levaram o país ao limiar da hiperinflação”.

Outros tantos aspectos da maior importância ainda devem ser pelo menos mencionados na história da economia e da política econômica dos anos da década de 1980. Não se pode desconsiderar os diferentes planos de estabilização - Cruzado, Bresser e Verão - que fracassaram e que levaram a inflação a níveis sem precedentes. Se em 1980 os preços subiram 100% ao ano, dez anos depois chegavam a 89% ao mês. Evidentemente uma análise mais completa da década de oitenta consideraria a questão externa que, apesar de apresentar diferentes características, implicou em permanente constrangimento à execução da política econômica. De fato, os expressivos saldos na conta comercial, em boa medida fruto das desvalorizações cambiais que repercutiram fortemente na escalada inflacionária, pouco significaram para diminuir ou minorar a “fragilidade cambial”, vale dizer, a capacidade de acumular reservas, posto que as transferências para o exterior eram renegociadas a cada ano em função do próprio saldo.

Há uma certa concordância entre os analistas da sujeição da política econômica ao pagamento dos compromissos com o exterior. Há que se lembrar da política cambial, que na busca de favorecer as exportações, gerou expressivos superávits comerciais com repercussões na dívida pública, o que levou a um grande desequilíbrio patrimonial do setor público e à grande escalada dos índices inflacionários, na prática reduzindo drasticamente os graus de liberdade da política econômica. O quadro econômico para o governo que se iniciou em 1990 era portanto bastante desalentador. De acordo com Teixeira, “a conjugação de políticas ativas de câmbio e de juros no *overnight* fundamentava o processo de transferência de renda

interna na economia, do setor público para o setor privado e dos salários para os lucros, agravando as condições estruturais de funcionamento da economia, com a deterioração do poder de compra da população assalariada e a degradação física da infra-estrutura de serviços públicos. Era este o quadro com se defrontava a nova década e o novo governo”.

Esta citação dá conta do quadro de grandes dificuldades da economia brasileira no início dos anos de 1990. A exemplo dos anos do decênio anterior, foram propostas e experimentadas diferentes e mesmo contraditórias ações de política econômica. É difícil tratar de forma simplificada de um quadro de tão rápidas e agudas alterações como aquele e, ao mesmo tempo, apreender as características mais importantes da política econômica. A despeito das tentativas de estabilização propostas e das reviravoltas na orientação destes esforços, o que parece mais significativo tomar em conta da ação estatal é que além do notório fracasso no combate à inflação houve uma guinada, uma virada mais importante na condução da política econômica. Haveria desta maneira uma inflexão no padrão que vigia desde os anos de 1950 de uma política econômica que se poderia denominar insulada, voltada para o mercado interno e que sofre uma significativa reviravolta no início dos anos de 1990, com a abertura econômica.

Este ponto é essencial para uma discussão da economia brasileira nos anos recentes, tal como se pretende neste artigo. A prolongada crise econômica que se arrasta por praticamente toda a década de 1980 suscita, como não poderia deixar de ser, uma agenda de discussão que busca explicar tanto as razões da crise como as formas para superá-la. Não escapam aos mais abalizados analistas uma explicação tanto do quadro internacional como nacional para entender os percalços da economia brasileira. Desta maneira aparecem no debate sobre a economia nacional teses e propostas de diferentes matizes e abordagens, tanto sobre temas da conjuntura tais como inflação e balanço de pagamentos, quanto sobre questões estruturais - por exemplo, o elevado grau de estatização, a necessidade de abertura econômica, ou outros. Este debate sofre influência importante do que se convencionou chamar de Consenso de Washington - as recomendações do importante *Institute for International Economics* que estabeleceu, a partir das discussões feitas em uma conferência em novembro de 1989, um conjunto de proposições para que a América Latina voltasse a crescer.

Estas proposições acabaram sendo adotadas pelo Brasil tardiamente se

comparado às outras economias da região. Na opinião de Maria da Conceição Tavares “Só no começo da década de 90, com o governo de Collor, em meio ao agravamento da crise financeira e cambial herdada da década anterior, se iniciou processo de liberalização financeira e desregulamentação financeira que permitiu atrair montantes consideráveis de capital financeiro especulativo internacional, em pleno período de grave instabilidade política e macroeconômica. O resto das medidas de liberalização - comercial, flexibilização do mercado de trabalho, reformas econômicas e do Estado e privatizações que constam do chamado Consenso de Washington - foi executada de forma acelerada pelo governo FHC em menos de 5 anos.”

Esta citação é fundamental para se chegar aos objetivos deste trabalho, qual seja, tratar de alguns pontos do debate econômico contemporâneo no Brasil com especial destaque para a economia brasileira, o Plano Real e as perspectivas de desenvolvimento da nossa economia.

Estabilidade e crescimento: algumas questões do passado no presente

O que se pretendeu mostrar na introdução acima, ao tratar em linhas gerais da economia brasileira dos anos de 1980 e 1990 foi obter, tanto quanto possível, um panorama que permita considerar adequadamente algumas questões que emergem do debate econômico atual. Por certo, dar conta das controvérsias sobre a economia brasileira contemporânea não é uma tarefa que caiba neste artigo. Aqui se pretende apenas levantar alguns pontos que estão referidos à história econômica recente do Brasil. As idéias que norteiam a feitura deste trabalho decorrem de algumas questões propostas e opiniões exaradas por estudiosos e analistas que tomam o passado de desenvolvimento acelerado do Brasil como fundamental para explicar certas políticas e, mais do que isto, diferentes concepções sobre nossa economia.

Evidentemente esta observação remete a um debate tão célebre quanto importante para explicar os rumos do bem sucedido processo de crescimento da economia brasileira do pós-guerra ao final dos anos de 1970. Não se deve, entretanto, buscar nas raízes da controvérsia entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin (da década de 1940) – que, grosso modo, tratavam do grau de intervenção do Estado na economia e da relevância de políticas ativas de industrialização como forma de superação do atraso econômico - as mesmas bases para o embate das idéias e

concepções sobre a economia nacional nos dias que correm. Entretanto, o legado da história é uma referência essencial para um mapeamento deste debate.

Para tratar das discussões e dos diferentes pontos de vista convém desde logo observar que o governo que se inicia em 1995 e que, segundo Maria da Conceição Tavares, levou às últimas conseqüências o proposto no Consenso de Washington, se orienta por uma concepção que se denomina social liberal, mas que refuta as propostas do Consenso. De acordo com Luiz Carlos Bresser Pereira, “a interpretação social liberal da crise do Estado ... afirmava que o Consenso de Washington não podia ser aceito, embora muitas de suas recomendações relativas ao ajustamento macroeconômico, à privatização, à liberalização comercial, e, de um modo geral, à criação de condições para um bom financiamento dos mercados deveriam ser aceitos.”.

Com a defesa da proposta social liberal há um esforço de classificação do pensamento econômico brasileiro. Não cabe aqui lembrar as diferentes correntes identificadas por Bresser Pereira: basta mencionar que considera Maria da Conceição Tavares uma líder da corrente intelectual que ele denomina de social desenvolvimentista. As principais críticas desta corrente referem-se à excessiva subordinação do governo de Fernando Henrique Cardoso aos interesses do capital estrangeiro e no plano mais particular, o equívoco da sobrevalorização cambial do Plano Real.

Com o Plano Real e a posse do novo governo em 1995 há quem afirme que surgira uma nova concepção para o enfrentamento dos problemas econômicos nacionais. Mas talvez não seja de fato uma nova visão, ou uma nova abordagem que esteja por trás da condução do País, mesmo porque o vocábulo “novo” aparece com uma certa recorrência na história política e econômica brasileiras, com um sentido quase sempre de salvação nacional, e portanto é preciso qualificá-lo adequadamente. Por exemplo, frente à questão da inflação, mesmo que não se considere o Plano Real exatamente uma novidade, não há como negar o sucesso obtido na estabilização. Tal sucesso, do ponto de vista exclusivo da queda dos preços, deve ser creditado em parte ao aprendizado decorrente do insucesso dos planos efetivados a partir do Plano Cruzado em 1986. Aliás, na análise da inflação brasileira, principalmente com as rápidas alterações de patamar na década de 1980, e por conta dos insucessos das políticas efetivadas para combatê-la, surge uma das mais profícuas e criativas áreas de pesquisa e debate.

Como boa parte dos anos da década de 1990 foi vivida sob a administração de Fernando Henrique Cardoso, responsabiliza-se grandemente este governo pelo mau desempenho econômico. Para alguns dos mais articulados críticos da atual gestão, a principal (senão única) preocupação da política econômica é manter a estabilidade de preços, desconsiderando questões de mais longo prazo e mais abrangentes como o desenvolvimento. Além disso, critica-se ao longo destes anos - já desde o início da década de 1990 - o processo de abertura econômica que expôs a indústria nacional a uma competição desigual e predatória que estaria tornando inviável o próprio setor secundário nacional. Outras tantas alterações de caráter também estrutural são igualmente criticadas e estariam tomando corpo definitivamente: o que Conceição Tavares chamou de submissão do governo a outros interesses que não exatamente os nacionais - sobretudo em decorrência da abertura financeira iniciada em 1991.

Evidentemente não há concordância entre as autoridades econômicas de que a política econômica não tem grandes horizontes buscando tão somente a estabilidade de preços como meta.

Uma breve história da política econômica brasileira pelo menos do pós-guerra para cá revela por diversas vezes o confronto entre estabilidade e crescimento. As disputas entre o contracionismo do Ministério da Fazenda e a independência do Banco do Brasil na concessão de crédito “para atender a produção” foram recorrentes, e no geral prevaleceu a orientação independente do Banco do Brasil. Pelo menos dois episódios da substituição do Ministro da Fazenda pelo Presidente do Banco no curso de dois planos de estabilização revelam exemplarmente este conflito: em 1949, quando da substituição de Correia e Castro por Manuel Guilherme da Silveira e em 1959, quando o Ministro Lucas Lopes foi substituído por Sebastião Paes de Almeida.

Em ocasião mais recente cumpre também recordar a já citada substituição de Mario Henrique Simonsen por Antonio Delfim Netto, o que não deixa de ser a expressão das dificuldades do sistema econômico brasileiro de arcar com os custos das políticas de estabilização. Entretanto, neste último exemplo os custos de se optar pelo crescimento na conjuntura da época trouxeram resultados diferentes do que até então se observara na economia brasileira. Na passagem dos anos de setenta para os oitenta já não era mais possível o velho expediente de “fuga para frente” que consagrara o Estado desenvolvimentista brasileiro.

O debate brasileiro atual retoma algumas questões da história econômica contemporânea e uma interpretação dos fatos passados por certo permite compreender

questões das controvérsias atuais. Um bom exemplo pode ser encontrado nas palavras do próprio Presidente da República: “Eu disse aqui uma vez quando fui eleito que queria botar fim na era Vargas, criar um mercado mais aberto, mais dinâmico, um estado mais poroso, uma sociedade com menos cooptação por parte do Estado, partidos e sindicatos, uma coisa mais democrática com maior dinamismo na sociedade e mais mobilidade. Acho que estamos deixando de viver sob o mando do que o Getúlio fez. Bom, eu era getulista, meu pai era deputado do PTB e quando eu digo isso algumas pessoas ficam pensando que eu estou criticando. Mas cada um tem seu momento. Tinha que mudar as instituições para que elas possam levar a um desenvolvimento e à mobilidade social.”

Outros dois exemplos servem para aclarar a ponte que aqui se pretende fazer entre o legado da história e as questões contemporâneas. O primeiro foi dado em janeiro de 1999 quando aumentavam as críticas à atuação de Gustavo Franco no comando do Banco Central que teria, segundo o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, “uma obsessão pela manutenção do valor da moeda”. Estes termos também foram usados quase que *ipsis litteris* pelos empresários da segunda metade da década de 1940, ao criticarem as medidas ortodoxas do Ministro da Fazenda, que acabou se demitindo por insistir num plano considerado por demais ortodoxo. Mais do que a igualdade dos termos das críticas formuladas em tempos distantes um do outro, o que parece despertar maior interesse é o confronto entre estabilidade e crescimento, se é que há de fato necessidade de se escolher entre um e outro.

O segundo exemplo que permite uma comparação mais expressiva diz respeito ao documento exarado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI. Quando da comemoração de seus dez anos de existência, o Instituto anotava a perda de dinamismo da economia nacional dos últimos vinte anos e também da indústria brasileira e fazia uma proposta de política industrial objetivando a reversão deste quadro. Pela importância tanto do Instituto bem como pela qualidade dos trabalhos produzidos, o documento mereceu bastante espaço nas análises de economia e política, sobretudo na chamada *mídia* impressa. A reação ao documento e à opinião de um dos seus ilustres signatários sobre a falta de perspectiva de crescimento econômico após 20 anos serviu para que se produzissem análises e propostas que de certa forma enriquecem o debate atual.

Não faltaram na imprensa moções de apoio ao documento do IEDI.

Entretanto, o legado da história nos fornece referências e informações que possibilitam situar melhor o debate atual e os interesses envolvidos. Nas demandas empresariais haveria implícito um pedido de volta a um passado de políticas de favorecimento incompatíveis com os novos tempos em que se deve antes de tudo priorizar a estabilização para garantir no futuro o crescimento econômico.

Ainda levando em conta os ensinamentos da história, há que se destacar no presente debate econômico referências no mínimo problemáticas quanto à falta de ação estatal em questões de longo prazo, vale dizer, políticas efetivas de crescimento econômico. Ora, o paradigma que se toma como adequado para promover o desenvolvimento seria aquele da segunda metade dos anos de 1950, qual seja, do governo Kubistchek. Este período da vida brasileira exerce atração não apenas entre o empresariado, que busca principalmente para a indústria os favorecimentos semelhantes aos dos anos de 1950, mas exerce seus efeitos até mesmo sobre o próprio Presidente. Certamente os anos do Plano de Metas foram excepcionais quanto ao desenvolvimento, principalmente em função do crescimento e diversificação industriais. Representaram o melhor momento do Estado desenvolvimentista que envolveu praticamente todas as frações da sociedade neste projeto.

Se o período JK pode ser tomado como virtuoso sob o aspecto do desenvolvimento econômico e de outros valores da maior relevância como, por exemplo, a vigência do regime democrático, nem por isto serve de exemplo para os anos do presente quanto à gestão macroeconômica. Não resta dúvida que examinados em retrospecto, aqueles anos demonstram uma grande convergência dos interesses e das opiniões em torno do desenvolvimento acelerado. Não menos importante foi a leniência quanto à escalada inflacionária que teria levado Lucas Lopes e Roberto Campos a proporem o Plano de Estabilização Monetária - PEM - virtualmente desconsiderado naqueles anos de franca vocação desenvolvimentista e problemática gestão macroeconômica.

Na segunda metade da década de 1950 o mote do desenvolvimento tomou conta de todo espectro do chamado pensamento econômico. As diferentes concepções de uma maneira geral ficaram submetidas à aceleração do crescimento. Como para este era fundamental o gasto público, os resultados sobre os níveis de preço se fizeram sentir já de 1957 para 1958, além das dificuldades na área externa.

Ao se iniciar a década de 1960, a despeito da extraordinária expansão dos anos anteriores “... severas dificuldades institucionais e de caráter conjuntural iriam

deter o desenvolvimento e contribuir para a ruptura de 1964.”

Conclusão

O que se pretendeu com este artigo foi tentar entender e levantar alguns pontos que estão presentes no debate atual sobre a economia brasileira. Por certo o debate é marcado por concepções que extravasam as questões de natureza especificamente econômicas - e não poderia ser de outra forma. A par de prognósticos que cotejam um cenário de longo prazo pessimista que ensejaria já para o presente medidas como centralização cambial e desvinculamento da moeda de qualquer padrão internacional, outras análises têm um horizonte mais otimista, desde que se consolide a estabilização, se promovam reformas estruturais e o regime fiscal seja compatível com juros menores e investimentos maiores sem grandes pressões sobre o câmbio.

A despeito das virtudes da relativa estabilização dos preços o cenário macroeconômico, traduzido no que convencionou chamar de “fundamentos macroeconômicos” não ensejam perspectivas das mais alentadoras para a economia brasileira. A vulnerabilidade externa não autoriza a esperança de uma fase de estabilidade com crescimento após um ajuste de oito anos. Usando mais uma vez a história, não há porque esperar uma fase Rodrigues Alves após anos de ajuste como foram aqueles de seu antecessor Campos Salles na virada do século XIX para o XX.

Ao se aproximarem as eleições do corrente ano (2002), aprofunda-se o debate e aumentam as críticas quanto à excessiva ênfase - ou para alguns, a estreiteza da política econômica – na estabilização em detrimento de metas voltadas para o crescimento econômico. Um dos legados perversos da estabilização conseguida a partir de 1994 seria hoje um passivo externo elevado dependente de capitais forâneos com conseqüências deletérias tanto para o crescimento econômico quanto para as finanças públicas em razão das elevadas taxas de juros.

Como em outros momentos, as questões estão postas: mais ou menos Estado, políticas econômicas setoriais ou não, estabilidade ou crescimento.

Pela sua própria natureza o debate é um tema inconcluso, permanente e sujeito a revisões e reavaliações constantes. Há muitos outros temas relacionados, mas o que importa ressaltar é que o recurso à história permite uma perspectiva rica e abrangente para um tema tão atual, controverso, complexo e importante.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Marcelo de Paiva: *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- ABREU, Marcelo de Paiva “Interesse público e interesses privados”. *O Estado de São Paulo* 05/08/99.
- BAER, Monica *O rumo perdido. A crise financeira e fiscal do Estado brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga: “Apresentação” in BAER, Monica *O rumo perdido. A crise financeira e fiscal do Estado brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga: “Entre a forma e o conteúdo”. *Carta Capital* 07/07/99.
- BIDERMAN, Ciro et alii: *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo: *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (org.): *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos: “Interpretações do Brasil”. In: LOUREIRO, Maria Rita (org.): *Cinqüenta anos de ciência econômica no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e NAKANO, Yoshiaki. Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade (documento preparado por solicitação do Presidente do PSDB, Deputado José Aníbal). São Paulo: mimeo, 2002
- CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CARNEIRO, Dioniso Dias e MODIANO, Eduardo: “Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In.: ABREU, Marcelo de Paiva: *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. *Reformas Liberais, Estabilidade e Estagnação (A economia brasileira na década de 90)*. Tese de Livre Docência. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP, maio 2000.
- CARVALHO, Carlos Eduardo: *Bloqueio da liquidez e estabilização. O fracasso do Plano Collor*. Tese de Doutorado. Campinas: IE/ UNICAMP, 1996.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Desenvolvimento e Conjuntura*, n.12, ano III, dezembro 1959.
- Conjuntura Econômica*. dezembro de 1999. v.53, n.12
- Conjuntura Econômica*, fevereiro de 2000, v.54, n.2.
- DINIZ, Eli. *Empresariado industrial e estratégia de desenvolvimento: dilemas do capitalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: mimeo, 2000.
- FIORI, José Luiz: *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado*

- Desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.
- FIORI, José Luiz (org.): *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999
- GIAMBIAGI, Fabio e MOREIRA, Mauricio Mesquita (org.): *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- GOLDENSTEIN, Lidia. *Repensando a dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL *IEDI* - 10 anos 1989 -1999. Mimeo.
- LOUREIRO, Maria Rita (org.): *Cinqüenta anos de ciência econômica no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997
- MESQUITA, Mário Magalhães Carvalho: *1961 - 1964: A política econômica sob Quadros e Goulart*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Economia/PUC, 1992.
- PAULANI, Leda Maria: “Teoria da inflação inercial: um episódio singular na história da ciência econômica no Brasil?”. In.: LOUREIRO, Maria Rita: *Cinqüenta anos de ciência econômica no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, pp.159-179.
- PRESSER, Mário Ferreira: *Políticas macroeconômicas, restrição externa e reformas estruturais: um continente, duas visões*. Tese de Doutorado. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.
- TAVARES, Maria da Conceição: “Império, território e dinheiro”. In.: FIORI, José Luiz (org.): *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- TEIXEIRA, Aloisio: *O ajuste impossível*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- VIANNA, Sérgio Besserman: *A política econômica do segundo Governo Vargas*. Rio de Janeiro: BNDES, 1989.